



POR UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REPENSANDO A ESPACIALIDADE DA DIMENSÃO SOCIAL

■ RODRIGO R. H. F. VALVERDE, DOUTOR EM GEOGRAFIA/ UFRJ

RESUMO

ESTE ARTIGO PRETENDE EXPOR AS PRINCIPAIS MATRIZES INTELECTUAIS QUE CRIARAM A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO TAL QUAL A CONHECEMOS HOJE, SALIENTANDO A LEITURA QUE A GEOGRAFIA DESENVOLVEU SOBRE ESSA NOÇÃO. AO FUNDAMENTAR A ABORDAGEM DE ESPAÇO PÚBLICO EM UMA ASSOCIAÇÃO FORTE ENTRE A DIMENSÃO SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA, A GEOGRAFIA REPRODUZIU EM GRANDE PARTE OS LIMITES ANALÍTICOS PROPOSTOS PELA ABORDAGEM DA CIÊNCIA POLÍTICA. NO INTUITO DE COMPREENDER AS CONSEQÜÊNCIAS DESSA LIMITAÇÃO, SUGERIMOS UMA RELEITURA DESSA NOÇÃO, COLOCANDO EM DESTAQUE O SENTIDO E O PAPEL DA DIMENSÃO SOCIAL PARA A SUA DEFINIÇÃO.

PALAVRAS-CHAVE: ESPAÇO PÚBLICO, POLÍTICA, JUGEN HABERMAS, HANNAH ARENDT, SOCIABILIDADE.

Em sua origem, os estudos relativos à natureza e aos limites dos espaços públicos concernem à ciência política e à filosofia. Entre os autores proeminentes nesta discussão, chamamos a atenção para as obras de Jürgen Habermas e de Hannah Arendt, cujas formulações teóricas constituíram as bases para todos os estudos subseqüentes com esta temática. As suas concepções de espaço público primam por certas escolhas de análise que trazem conseqüências para o produto final que inspirou as demais ciências a desenvolver abordagens individualizadas. Em primeiro lugar, destacamos que, em ambos, faz-se sentir uma certa negligência ou contingência da dimensão espacial dentro da noção de espaço público. Uma segunda escolha decisiva para o desenvolvimento desta noção se refere a sua preponderância nesta discussão da dimensão política em detrimento de uma dimensão social e cultural. Em terceiro lugar, ve-

remos como a perspectiva geográfica se desenvolveu, sendo ao mesmo tempo tributária e independente da concepção clássica.

Tendo em vista todas estas limitações e possibilidades para o estudo da noção de espaço público, tomamos como objetivos deste trabalho: o avanço em uma noção de espaço público própria ao conhecimento geográfico; a análise da forte associação existente entre a dimensão social e o valor da espacialidade, permitindo a Geografia desenvolver uma série de estudos complementares à ciência política acerca dos espaços públicos; e, finalmente, como o estudo das interações espaciais podem ser capazes de apontar mudanças no equilíbrio dos espaços públicos.

No intuito de operacionalizar estes objetivos, realizaremos um esforço de recuperação das obras geográficas que exploraram a temática dos espaços públicos: as contribuições de Berdoulay, Gomes, Soja

e Mitchell. Cada um destes autores vem procurando desenvolver uma perspectiva geográfica para a análise dos espaços públicos, apoiando-se freqüentemente nesta zona de contato entre os fenômenos políticos e sociais. Em grande parte, estes autores procuram avaliar em que medida a noção de espaço público desenvolvida dentro dos limites propostos pela ciência política pode ser adaptada. Porém, como veremos, existe toda uma extensão de fenômenos e de discussões que ainda estão por ser realizados e que se referem ao papel específico da dimensão espacial.

A SUPERFICIALIDADE DAS DIMENSÕES ESPACIAIS E SOCIAIS NA NOÇÃO CLÁSSICA DE ESPAÇO PÚBLICO _____

De acordo com Hannah Arendt, a oposição entre uma esfera pública e uma esfera privada no pensamento grego seria uma maneira fundamental de organizar a vida na cidade e de zelar pelo bem-comum e pela liberdade. Casas, mercados, templos e fazendas eram unidades espaciais que ficavam separadas não apenas pela sua distância física, mas também pelo tipo de pessoa que tinha acesso e pelo tipo de uso que se recebia. Para a filósofa, esta oposição conferiria um equilíbrio para a vida cotidiana, estabelecendo que certas ações deveriam ocorrer apenas em lugares determinados, apontando claramente para um ordenamento espacial. Porém, tal separação do pensamento grego na análise de Arendt possui diferenças significativas no que se refere a nossa análise atual do que seria uma esfera pública e uma esfera privada. Os valores e significados de cada uma destas esferas apontavam então para uma vivência distante daquela que vivemos hoje. Além disso, o valor atribuído especificamente ao espaço parece não ser decisivo para a sua análise, justificando assim inclusive o pouco e negligente uso da

expressão "espaço público", usado em equivalência com expressões como "esfera pública" ou "lugar da política".

A esfera privada no pensamento grego estaria quase totalmente restrita a casa (*oikos*), na qual se desenvolveria todo um conjunto de atividades relativas à família e a sua sobrevivência. Esta seria marcada pela desigualdade entre os seus participantes, que estariam presos eternamente aos papéis atribuídos a cada integrante da família e aos laços que não poderiam ser quebrados na Grécia Antiga. Em última análise, a esfera privada se traduziria em uma prisão para o indivíduo, na qual o mesmo estaria sendo controlado e diminuído pelos seus laços de parentesco, pela subjetividade, pela obrigação de participar da organização do lar e da luta pela sobrevivência.

Segundo a interpretação de Arendt, a esfera pública representaria um conjunto de características que diferiria totalmente da esfera privada, seja em seus participantes, seja em suas matérias, princípios e objetos. Primeiramente, só participariam deste círculo cidadãos iguais, ou seja, aqueles que eram proprietários de terras e de escravos, pois não precisavam trabalhar para garantir a sua existência. Segundo Arendt, ser livre significaria necessariamente possuir as atribuições que permitiam a liberação de toda e qualquer necessidade, se refletindo também no uso do espaço. Em segundo lugar, em tal esfera, não seriam colocadas as questões locais, mas apenas aquilo que fosse universal. Por último, os pertencentes à *polis* não seriam submetidos a qualquer voz de comando, a não ser na ocorrência de um ato criminal.

Entretanto, nesta construção intelectual, o espaço não possuía nenhuma importância específica, sendo apenas a estrutura reflexiva de uma ordem social pré-definida, sem qualquer valor próprio. Em nenhum

momento da obra de Arendt, as atividades, objetos e recursos de uma reunião são descritos ou mesmo simplesmente enumerados, pois esta ação conferiria importância a um caráter que, para a autora, era totalmente irrelevante. Para Arendt, embora em cada espaço o comportamento fosse diferente, não se trataria de um valor atribuído à extensão, nem dos usos dos símbolos ou dos objetos que poderiam ser encontrados em tais espaços, mas sim de uma simples separação. Assim, garantir a separação das esferas ganhava contornos dramáticos em sua obra, atribuindo uma decadência às mudanças no equilíbrio.

A outra contribuição seminal para a difusão da noção de espaço público vem da obra do filósofo alemão Jürgen Habermas. Nos referimos particularmente ao seu livro *Mudança estrutural na esfera pública*, no qual o autor reconhece uma associação mais desenvolvida entre espaço e política no seu estudo evolutivo da noção de espaço público na Europa Ocidental. Vale lembrar que em diversos países o título é traduzido simplesmente pela expressão "espaço público" seguida de um complemento. Tal fato revela ainda uma certa ambigüidade no uso da expressão, que se mostrava tributária da obra de Arendt, mas também se mostrava distinta, na medida em que procurava novos elementos de análise. Para Habermas, reconhecer esta associação entre o poder, o desenvolvimento da política, das responsabilidades do Estado e a compreensão dos papéis de cada um dos personagens, seria o meio de se compreender o surgimento e o significado dos espaços públicos. As circunstâncias em que acontecem este arranjo também mereceram considerações pelo autor, que emprestava uma grande importância ao desenrolar dos fatos históricos e à sua interpretação para desenvolver a sua teoria geral da publicidade. É justa-

mente neste sentido que Habermas procura analisar a transformação dos significados atribuídos à esfera pública grega.

Primeiramente, o autor reconhece esta associação de forma direta, na medida em que o termo "público" e seus derivados se tornaram recorrentes na sociedade, o que ocorreu no fim do século XVIII. Desta forma, ele destaca como a formação de matérias públicas e de um espírito público se concretizou. O filósofo demonstrou como a palavra público começa a ser usada para qualificar as responsabilidades do Estado, para apontar propriedades estatais, para fazer apelo a sentimentos generalizados e também para se referir ao grupo de pessoas que morava em um recorte espacial. Anteriormente ao século XVIII, a palavra "público" parecia não existir, não havendo o seu registro em documentos de qualquer tipo, e, sobretudo, as nuances descritas acima eram também ignoradas. Assim, o uso do termo público parece se constituir em um marco temporal, observado em vários países. O autor procurou demonstrar que o equilíbrio da sociedade moderna foi fundado nesta noção de público e nos seus desdobramentos, como os novos papéis do Estado e dos seus cidadãos.

O autor também reconheceu de maneiras indiretas a associação entre política, comunicação e espaço, isto é, ele a tomou como válida mesmo quando na época em questão não se contava com uma consciência total de tal ligação ou sem que esta tenha sido expressa de maneira clara e satisfatória. Este seria o caso, por exemplo, de toda a evolução pré-moderna da idéia de público e de publicidade, passando por diversos períodos históricos e remetendo à questão da formação dos Estados e das sociedades. Assim, o autor analisou tanto o surgimento de uma vida não-comunitária no Império Romano, com um poder

centralizado agregando diferentes valores a política, quanto uma análise da vida nas cortes da Idade Média, chegando enfim ao surgimento e desenvolvimento da burguesia a partir do Renascimento.

Desta maneira, Habermas se focou no abandono progressivo das distinções claras da publicidade grega, passando por diversas modificações até atingir a época moderna, a formação da burguesia e a sua ascensão ao poder através do uso do espaço. Neste processo, Habermas avaliou que as distinções entre a esfera pública e a esfera privada perderam muito do seu sentido original, uma vez que as mesmas estariam agora mediadas por uma série de instituições públicas ou privadas que surgiram. De fato, para tentar restabelecer um equilíbrio entre as duas esferas, o poder público foi progressivamente traduzido em diversas instituições, como os tribunais jurídicos, a Igreja, a imprensa, os exércitos etc. Este lento e caótico reordenamento, porém, segundo Arendt e Habermas, significava uma esfera pública deteriorada, uma vez que a natureza de suas matérias e discussões havia sido sensivelmente alterada na medida em que as questões privadas e públicas se encontravam em grande parte reunidas e confundidas.

Porém, ao analisar a formação da imprensa, das instituições políticas e da administração pública nas formas conhecidas durante o período Moderno, o autor revelou que o seu estudo se estende mais precisamente aos lugares da política ou da sua comunicação, ou seja, a maneira na qual a política se apóia em uma estrutura espacial e instrumental para exercer o poder, tornando o espaço um epifenômeno de sua expressão. O espaço público de Habermas seria então, a grosso modo, o reflexo de uma política institucional, sobretudo daquelas instituídas pelo poder público, mas sendo esta um pouco influen-

ciada por alguns mecanismos de resistência e de ampliação da publicidade, igualmente oriundos de instituições, ainda que estas não fossem públicas. Mais do que um espaço concreto, o espaço público seria uma esfera comunicacional.

O espaço público de Habermas não possuía uma dimensão criadora, uma vez que não se imagina que seja no espaço público que surjam os conflitos e as suas soluções, que se viva em conjunto ou que se dê sentido a sociedade. Pelo contrário, segundo Habermas, o espaço se limitaria a encenar um conflito abstrato e existente há muitos séculos, resultante de uma interpretação limitada e problemática do conhecimento da Antigüidade, frente a natureza outra das necessidades e marcos da vida moderna. Desta maneira, o espaço é o palco da comunicação e, no máximo, da construção de consenso, oferecendo uma base física a uma discussão que deveria se ater apenas ao abstrato e universal.

Dentro dos limites desta perspectiva, os indivíduos apareceram fundamentalmente como uma audiência, como uma massa incapaz de se posicionar e de interferir de modo significativo no mundo a sua volta, a não ser que o indivíduo possua qualquer tipo de poder de representação institucional. Obviamente, Habermas reconheceu diferenças nos diversos períodos que analisou, mas todos os arranjos primavam por um culto das separações para o desenvolvimento da vida pública, o que parece ter sido problematizado no período moderno, com o surgimento e ascensão da burguesia. Esta última elevava toda uma série de matérias privadas, de anseios coletivos, de exigências da vida cotidiana em direção às esferas mais altas da política. É neste momento, e apenas neste momento, que a esfera política teria se consagrado também a estas questões, iniciando,

segundo Habermas, um período de confusão e de decadência do seu significado. Antes, qualquer manifestação de vida coletiva que não se traduzisse na organização desta publicidade estatal e institucional era classificada como matéria da vida social.

Assim, o social ainda aparece em Habermas como uma matéria secundária e como uma massa manipulada, como vimos na obra de Arendt, ainda que haja uma brecha reservada para que esta dimensão pressionasse as instituições públicas a fim de obter ganhos. Mas este canal de contato dificultava a compreensão da esfera política e o bom desenvolvimento de suas responsabilidades, além de abrir mão de sua base teórica da antigüidade. Breve, Habermas interpreta que a ascensão da esfera social colocaria em risco a universalidade, a neutralidade e a utopia de uma esfera pública que já se mostravam fragilizadas e corrompidas pelas transformações do social ao longo do tempo. O espaço público, como base concreta, teria se tornado um espelho distorcido e um foco de corrupção, para o filósofo alemão. Assim, a descrição de Habermas se baseia em como o espaço público deve resistir como uma esfera política, tentando resguardar ao menos uma parte do seu sentido grego.

Tal constatação da natureza unicamente política dos espaços públicos para Arendt e Habermas nos leva a refletir sobre uma segunda escolha decisiva para o desenvolvimento desta noção no contexto da filosofia e da ciência política: a sua preponderância na discussão dos espaços públicos em detrimento de uma dimensão social e cultural. Esta escolha comum dos autores não deve ser tomada de maneira negligente, uma vez que limitava em muito a concepção dos espaços públicos e é muito importante para a compreensão de uma possível contribuição da geografia, como a ciência social em que a mesma se constitui.

O aparecimento de um domínio social significaria então a criação e a ampliação de uma esfera que levaria questões que anteriormente eram tratadas como matérias estritamente privadas para uma nova esfera pública, através de uma ação que refletiria aquela referente ao desenvolvimento de atividades de gestão pública dentro de uma sociedade. As relações entre as esferas públicas e privadas se tornam mais complexas através destas ampliações de suas funções, e passam a ter um caráter espacial bem mais relevante. Com isto, a autora associa a deterioração da publicidade grega ao crescimento de uma dimensão social nos períodos posteriores. Tal aversão ao social foi uma constante dentro da ciência política e da filosofia, se repetindo, por vezes, até mesmo na abordagem dos espaços públicos realizadas por outras ciências sociais.

Desta forma, vemos que a matriz teórica concernente à noção de espaço público tem grandes dificuldades de superar os limites conjunturais de sua origem Moderna, de forte inspiração na Grécia Antiga: Estado, identidade nacional, leis, ordem, instituições e administração públicas são freqüentemente tomados como o início, o meio e o fim da discussão dos espaços públicos. Mais do que isso, esta matriz teórica demonstra igualmente muitos problemas para lidar com a diversidade, uma vez que os indivíduos não possuem um papel de destaque. Porém, as transformações na ordem social a partir do século XIX causaram uma multiplicação dos atores, tornando-os mais agressivos na procura da satisfação das suas necessidades através da organização dos espaços. Criou-se então um complexo jogo socioespacial no qual instituições públicas, grupos de indivíduos, de interesse privado e social, se colocam em debate e em conflito dentro dos espaços públicos.

A tentativa de adotar uma perspectiva geográfica para o estudo da noção dos espaços públicos é, sem dúvida, bastante recente. A sua adoção progressiva como uma matéria legítima se reflete, grosso modo, no reconhecimento dos problemas do Estado-Nação em manter a sua coesão e coerção das representações socioespaciais, diante da multiplicação de atores e de fenômenos. Com isto, os espaços públicos deixaram de ser tomados apenas como um mero ponto de partida, ou como uma referência que não carecia de discussão ou questionamento, para se tornar um objeto de estudos e de especulações.

Ao realizar este esforço de elucidação, nos questionamos sobre o que caracterizaria uma perspectiva geográfica dos espaços públicos, quais seriam os seus traços distintivos, quais seriam os seus objetos e seus atores, enfim, de que outras maneiras esta perspectiva traria uma contribuição original. Pretendemos com isso esclarecer o quadro de referências no qual se insere a discussão geográfica que diz respeito à noção de espaço público e sugerir um contorno mais nítido para a sua utilização.

a) Vicent Berdoulay e a narratividade do espaço público

Em geral, quando Berdoulay se refere ao espaço público, está fazendo alusão a uma narratividade presente no urbanismo e nas políticas públicas. O espaço público seria um produto material que revelaria uma capacidade de comunicação dos sentidos da vida pública dentro do planejamento, de uma visão do futuro de uma sociedade, segundo a interpretação dos seus governantes e as possibilidades de sua conjuntura social. Para Berdoulay, mesmo no contexto de uma crise da Modernidade e do planejamento, é importan-

te resguardar a capacidade dos espaços públicos de ir além do jogo das localidades (Berdoulay, 1997).

Caberia à geografia analisar a qualidade destes espaços, mensurar os seus limites simbólicos, compreender o seu sentido político-institucional e refletir sobre a aceitação desta proposta por parte do público. Este último seria tomado como avaliador do planejamento através dos seus modos de utilização destes espaços e da expressão de suas particularidades em fóruns políticos pré-definidos. Esta avaliação feita pelos indivíduos não seria aprofundada e nem possuiria uma abertura para questionar os princípios, os métodos e os objetivos dos espaços públicos, deixando-os reduzidos a uma consulta esporádica.

De uma maneira geral, esta separação entre espaços públicos e indivíduos é justificada na obra de Berdoulay como um resultado da divisão social do trabalho, da profissionalização generalizada da administração pública e do reconhecimento de uma maior complexidade da sociedade moderna. Cada um destes fenômenos supostamente afastaria as possibilidades de um maior envolvimento individual ou grupal nas matérias que concernem ao espaço público, ao torná-lo menos passível de adaptações e menos compreensível em seus aspectos técnicos.

Com isto, a narratividade do espaço público deveria ser repensada a partir de sua capacidade de consultar os indivíduos a respeito da conexão entre a universalidade da "alta cultura" que o poder público espera e as particularidades de uma "baixa cultura" individual e social. Tal iniciativa se explicaria como uma tentativa de criar um canal para a expressão destas localidades, evitando que a maior contribuição do espaço público, a saber, o desenvolvimento de uma política em consonância com um valor cultural superior, seja corrompida pela ascensão de sociabilidades (Berdoulay, 1997).

Para tanto, o autor sugere que a noção de espaço público seja abordada a partir de uma perspectiva associada ao conceito de lugar, e não mais ao conceito de território. O autor ressalta que, no âmbito dos princípios da Modernidade, os espaços públicos foram dominados por uma lógica territorial de projeção. Em outras palavras, associava as idéias de lei, de ordem e de identidade ao Estado-Nação e à uma extensão física, exclusiva. O problema é que, com a exaustão da sua narratividade do consenso, que o autor destaca como matéria mitológica, o espaço público teria perdido uma parte do seu poder comunicacional (Berdoulay, 2001).

De acordo com Berdoulay, o que estaria em evidência no que tange a narratividade dos espaços públicos seria ainda a sua territorialidade e o seu estatuto jurídico. Ao invés de representar um espaço no qual a comunicação e o debate teriam lugar em um sentido de política que procuraria as soluções para os problemas da vida conjunta, o espaço público se ateria à dinâmicas coercitivas e afastaria os indivíduos de sua vivência. Para integrar ao espaço público o caráter inclusivo e intersubjetivo do conceito de lugar, segundo o autor, uma outra estrutura narrativa seria necessária (Berdoulay, 2001).

b) Mitchell e a perspectiva neomarxista

Para Mitchell, o espaço público é fruto de um racionalismo instrumental característico da fase avançada do capitalismo. Em outras palavras, o espaço público seria um subproduto dos grupos econômicos dominantes da sociedade capitalista, tentando se valer do uso de técnicas qualitativas e quantitativas para criar regras de funcionamento da vida urbana que respondam de maneira satisfatória aos seus interesses privados. É neste sentido que o autor discursa

em favor de uma retomada da ação política por parte dos movimentos sociais (Mitchell, 2003).

De uma maneira geral, pode-se dizer que a sua perspectiva seria baseada em uma concepção negativa de espaço público, sendo este tomado como mecanismo de contenção da ebulição social, envolvendo leis, urbanismo e repressão. Para o autor, o advento do período revolucionário da Modernidade teria coincido com o surgimento de tecnologias que capacitavam o Estado de exercer um controle social efetivo. Assim, a fim de limitar e orientar as transformações da sociedade, as idéias de "público" e de "espaço público" teriam sido desenvolvidas, estabelecendo limites para a comunicação e para a ação. Mais do que um simples mecanismo repressor, Mitchell destaca que a construção e a elaboração de espaços públicos procuravam estimular uma certa previsibilidade no arranjo socioespacial, limitando as tensões, os seus comportamentos e os seus direitos. Nesse sentido, o autor interpreta o planejamento dos espaços públicos como um mecanismo de ação que possuiria uma clara intencionalidade ideológica, definindo um quadro de referências para a determinação das fraquezas de uma sociedade, do que é legítimo diante do Estado e de seus grupos dominantes e qualificando pessoas e objetos de acordo com a sua localização (Mitchell, 2003).

Para tentar legitimar a realização deste espaço público, os grupos sociais dominantes se valeriam do uso indiscriminado de valores e símbolos relativos a uma identidade nacional. Mitchell acredita que esta associação é mais visível hoje em dia, uma vez que o arrefecimento do debate ideológico teria permitido um número menor de concessões sociais. Paralelamente, os indivíduos encontram um mundo no qual a expressão da sua individualidade é supos-

tamente mais tolerada, ainda que tal tolerância seja mais um foco de fragmentação do que um avanço em direção à liberdade. Assim, Mitchell avalia como perigosa a crescente separação entre ação e discurso, que afetaria decisivamente as possibilidades dos espaços públicos.

Desta forma, o autor considera que o espaço público é usado como um amortizador dos conflitos, como uma forma de iludir os indivíduos. É neste sentido que Mitchell clama pela necessidade de um uso diferenciado dos espaços públicos, a saber, como *locus* da decisão política através da participação direta da população, e não mais apenas centrado na representatividade indireta do poder. Para tanto, Mitchell analisa a maneira como a centralidade de certos espaços públicos poderia ser usada para estimular o simbolismo de uma retomada da ação focada na procura da justiça social (Mitchell, 2003). Somente desta forma o caráter anti-social dos espaços públicos poderia ser revertido em um projeto de renovação da sociedade em direção a uma democracia mais efetiva.

c) Soja e uma perspectiva pós-moderna de espaço público

Por sua vez, a concepção de Soja em relação ao espaço público é derivada do seu projeto de desenvolvimento de uma geografia urbana e social renovadas em seus objetivos, métodos e objetos de estudo. Para Soja, os limites de avaliação dos espaços públicos são exíguos em suas possibilidades pela sua ligação com a Modernidade. Por isso, o autor se refere à discussão sobre os espaços públicos através de termos como *cityspace*, demonstrando um certo desconforto com os entraves da expressão original (Soja, 2000). As ocasiões em que o autor citou explicitamente a noção de espaço público foram inseridas em uma análise crítica do urbanismo e da

urbanidade contemporâneas. A carga negativa do termo se mostra evidente, por exemplo, no seu capítulo "*The destruction of public space and the architectonics of security-obsessed urbanism*" (Soja, 2000), no qual Soja avalia o teor exclusivista ligado à aplicação prática desta noção e também à procura de novos qualitativos para exprimir as suas propriedades. Ainda assim, Soja revela a preocupação de que o conteúdo desta noção não se perca totalmente.

Segundo o autor, na medida em que a Modernidade atrelou a sua proposta racionalista à idéia de uma ordem pública, esta mesma teria perdido uma parte do seu poder revolucionário inicial, deixando de lado a procura da democracia e da igualdade. A imagem dos espaços públicos como uma esfera da política, do nacionalismo e do patrimônio nacional o tornaria assim um objeto que simultaneamente atrai e repele os cidadãos, oferecendo ao mesmo tempo o ganho da visibilidade dentro do jogo social e a coação dos seus participantes a agirem de modo previsível. O autor critica também a limitação de suas formas de renovação que foram decorrentes da associação com a idéia de ordem.

No momento em que observamos que esta imagem de espaço público passa por críticas e por um período de crise no que se refere à multiplicidade de suas manifestações, Soja sugere a necessidade de renovação em suas bases conceituais. Em primeiro lugar, a manutenção de uma expressão física e ideológica do consenso político não seria a sua única razão de ser e nem mesmo uma obrigação. Ao contrário, Soja acredita que a transformação dos espaços públicos modernos passa necessariamente pelo reconhecimento e incorporação da sua diversidade, de seus grupos socioterritoriais, de seus conflitos. Em segundo lugar, para o autor, não seria propriamente

da política institucional que deveria partir uma perspectiva geográfica dos espaços públicos, mas sim do jogo espacial de seus cidadãos (Soja, 2000).

De modo sucinto, devemos considerar que a perspectiva de Soja está fortemente ancorada no contexto norte-americano. O espaço público é cenário da ação de grupos e agentes privados que teriam estratégias agressivas para garantir o controle ou a influência. Boa parte de suas atribuições vêm passando para o domínio privado, refletindo a vitalidade do mercado e a preocupação obsessiva com a segurança. Assim, o controle de sua ordem e a classificação de sua base pareceriam estar fadados ao desaparecimento ou à transformação. É neste contexto que o autor insere a análise dos shopping centers, dos condomínios e do esvaziamento do centro de Los Angeles. Na interpretação de Soja, mais do que uma simples apropriação dos espaços públicos, o que se observa é uma alteração da sua natureza.

d) Gomes e a mise-en-scène da vida pública

Entre outros aspectos, podemos citar como princípio fundamental da contribuição de Gomes uma concepção de espaço público que procura ultrapassar os limites da aferição de seu estatuto jurídico-administrativo. De fato, para Gomes, o espaço público precede a lei no sentido de que as dinâmicas que o mantêm e que estabelecem as suas virtudes são frutos de uma vida social e política que normalmente não são criadas pelo texto constitucional. Ao fazê-lo, Gomes reconhece a diversidade dos atores participantes da construção física do espaço público como uma questão fundamental da geografia. Paralelamente, o autor faz também uma crítica da noção de espaço público definida através apenas da idéia de livre acesso, uma vez que muitos dos espaços físicos dotados destas

características só se mostram "públicos" quando nos referimos ao seu estatuto jurídico, enquanto outros que têm um acesso seletivo nem mesmo são classificados desta forma e apresentam sociabilidades que engendram as condições essenciais para o desenvolvimento da publicidade.

Porém, ainda que reconheça a vida social como geradora e transformadora dos espaços públicos, Gomes advoga pela necessidade de sua normatização através da comunicação e de um ordenamento espacial. Segundo o autor, seria a civilidade que deveria marcar as interrelações entre as pessoas no espaço público, aferindo um modo de comunicação que tornasse o encontro dos cidadãos um fenômeno de renovação dos laços sociais e políticos. Para tanto, o espaço público seria uma extensão física que, devido a uma certa combinação de seus elementos, exerceria um poder de atração sobre os cidadãos, que deveriam procurar esta área no intuito de ganhar visibilidade, de enxergar o outro, de se comunicar e de promover um debate cujo fim fosse a política e o bem-comum (Gomes, 2002).

Com isto, fica claro que o autor admite a importância e a independência do espaço diante de outras dimensões de análise, ainda que esta dimensão esteja fortemente ligada às outras. Ao fazê-lo, Gomes se foca na conexão entre cidadania e territórios destacando também a maneira como estes últimos foram combinados de modo original no período Moderno. Assim, o autor esclarece a maneira pela qual o espaço público foi tomado a partir desta proposta, ganhando ares de uma verdadeira forma-conteúdo, na qual um conjunto de idéias e formas se uniria de uma maneira mais ou menos harmoniosa.

Gomes defende a perspectiva de que o espaço público pode surgir de dinâmicas sociais variadas a

partir da extrapolação de sua civilidade, não sendo totalmente dependente da sua dimensão jurídica. De acordo com o autor, o que colocaria os espaços públicos sob um olhar crítico e pessimista nos dias de hoje seria o risco de que esta forma-conteúdo seja esvaziada por uma deterioração das dinâmicas políticas e da participação popular em sua constituição, criando uma ambiência de negligência e de tensões na qual a civilidade e a cidadania não teriam lugar. É neste sentido que o autor se revela um crítico da não-regulação de uma parte da vida social que se pode observar nos espaços urbanos das grandes metrópoles contemporâneas, como as praias, os estádios de futebol e os *boulevards* franceses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

Salientamos aqui dois eixos críticos para a análise da noção de espaço público como a forma-conteúdo que mantém o vínculo entre a comunicação política e o espaço físico. O primeiro deles se refere aos vícios da historicidade que ainda são muito claros diante de outras dimensões de análise; o segundo diz respeito à centralidade da idéia de política para a constituição da noção de espaço público mais consensual entre os pesquisadores das ciências sociais, estando frequentemente em desacordo com uma dimensão social.

Concordamos com as afirmações de Lussault, segundo o qual:

(...) o limite da análise-padrão do espaço público tal como foi desenvolvida depois de duas décadas, em sua literatura (...) geográfica, arquitetural e urbanística: [se trata de] uma abordagem que leva a investir o espaço público a priori de um espaço virtuoso da cidadania, portador intrinsecamente das virtudes da troca interpessoal. Trata-se então de uma

concepção que deriva de um tipo-ideal mitológico: a ágora grega. A dependência em relação ao tipo-ideal da ágora contribui também para manter uma confusão generalizada entre a concepção geográfica dos espaços públicos e aquela trabalhada no sentido de 'esfera pública', pela filosofia e pela ciência política (Lussault, 2003, p. 333).

Neste espírito, podemos separar em duas vertentes a historicidade nos discursos do espaço público geográfico: a primeira seria referente ao discurso da nostalgia e da defesa da publicidade; a segunda se caracterizaria por um discurso da revolução ou do acesso aos espaços públicos.

O discurso da nostalgia lamentaria uma decadência do espaço público, sendo esta marcada pela perda dos consensos em que a noção foi pensada nos séculos XIX e XX, exigindo a defesa dos seus princípios como supostos elementos universais. Assim, este discurso procura no passado as formas, o equilíbrio de forças e das idéias que fundamentaram os espaços públicos. O mérito desta visão reside na universalidade dos direitos, destacando um projeto de sociedade pontuado por ideais e imagens que combinam história, política e arquitetura. Todavia, tal visão se atém à discussão universal, abrindo pouco espaço para os problemas específicos, podendo ser usado como um alicerce de um imobilismo social.

Por sua vez, o discurso da revolução procuraria associar um sentido de transformação radical a partir nas violações das leis que regem o espaço público. A motivação deste discurso é acreditar que a historicidade do espaço público apenas alterou o arranjo do poder antigo, sem ter de fato engendrado as condições para a justiça social. Desta forma, o discurso revolucionário se apoiaria na expressão

das insatisfações de um ou mais grupos em relação a outros, fato que apontaria para a desigualdade nas relações sociais. O mérito deste olhar sobre os espaços públicos é salientar que a modernidade e sua historicidade não representam o fim da história, sendo absolutamente necessário manter a procura de novos avanços. Porém, este olhar enxerga movimentos coerentes e válidos em atos questionáveis de violação dos direitos individuais ou dos princípios de utilização dos espaços públicos.

Acreditamos em uma insuficiência destes discursos ideologizados no que diz respeito a uma perspectiva geográfica, pois estes limitariam a natureza dos estudos, os objetos escolhidos, a sua metodologia e os seus resultados. Ainda que reconheçamos que esta perspectiva é importante para a compreensão de uma certa espacialidade, é preciso igualmente aceitar que, em ambos os pólos, afere-se um caráter secundário à espacialização. Para que o espaço seja o foco analítico, é preciso que este seja abordado como um objeto de estudo dinâmico e não como uma contingência de outras lógicas. As suas transformações devem ser estudadas também a partir do empírico e do social, que não apontam para a forma com que a noção de espaço público é enunciada na teoria geográfica, eminentemente teórica e política.

O espaço público não é apenas uma forma, não pode ser sinônimo de um estatuto jurídico, nem é o resultado simples de uma formação histórica e muito menos uma instância do discurso político. Tal espaço público geográfico não pode ser igualmente considerado como produto direto do Estado ou da burguesia. Estes lugares-comuns da análise dos espaços públicos estão com certeza ligados a sua evolução entre os diversos campos do conhecimento, mas possuem todos a tendência de minimizar o seu

caráter espacial, de separar os cidadãos do espaço público de maneira nítida e de colocá-lo como um objeto externo à sociedade.

A importância dos espaços públicos para a geografia reside no fato de que esta noção oferece uma mediação socioespacial para a vida conjunta nas cidades. Tal espaço se concretiza como um campo de forças, como um equilíbrio que pode ser criado entre a ordem pública e a vida social, estabelecido através do espaço. Mais do que um receptáculo ou uma mera localização, a representação destes aspectos da vida cidadina se mostra como um fenômeno essencial para a teoria social, uma vez que a visibilidade e o contato transformam o significado original das idéias e das ações. Para que isso ocorra, muitos pontos de análise dos espaços públicos que foram correntes nos últimos anos precisam ser revistos, aumentando a contribuição possível da geografia cultural. Em primeiro lugar, reconhece-se aqui os indivíduos e os seus grupos sociais como legítimos atores que interagem nos espaços públicos e não como ameaças ao seu desenvolvimento ou então como arautos de uma nova ordem maior. Mais do que um simples avanço de um domínio privado sobre o domínio público, acreditamos que estes novos atores dispostos a agir na cidade representam um avanço do domínio social sobre o político.

Destacar que a dimensão social destes atores como aspecto essencial para as dinâmicas dos espaços públicos já é, em si, uma proposta diferenciadora dos padrões de espaço público que podem ser mais frequentemente encontrados. Ao invés da repetição do distanciamento e da impessoalidade presentes na interpretação de uma esfera pública na Grécia Antiga, argumenta-se aqui que o espaço da coletividade vem sendo marcadamente retomado pelas discussões das

necessidades, dos interesses e das subjetividades. Dentro dos seus limites, observamos como a dimensão espacial cumpre um papel fundamental no jogo de tensão entre o local e o universal, entre o empírico e o teórico, entre o fenômeno político e o fenômeno social. Esta dimensão é capaz de representar as diferenças, de promover o debate, de ser o *locus* do conflito, de criar interações e combinações variadas, enfim, de ser a motivação do surgimento do novo e o meio pelo qual o mesmo se difunde.

Neste sentido, as dificuldades que muitos pesquisadores apontam como pontos característicos dos espaços públicos no período atual não revelam necessariamente um recuo do espaço público em uma perspectiva geográfica, uma vez que este pode estar destacando uma mudança significativa de seu arranjo e de sua natureza, mas que ainda resguarde um sentido de mediação socioespacial. O que deve ser medido, estudado e interpretado como matéria geográfica seria justamente a maneira pela qual uma certa extensão física possuidora de um conjunto de leis e princípios fundadores é colocada em questão pelos indivíduos que o compõe, que o constroem e que dão sentido a sua existência. Com isto, o espaço público não transcenderia o indivíduo e nem a esfera social e, igualmente, não se limitaria à representação de uma base física, mas estaria produzindo algo eminentemente novo, o produto da interação de múltiplas representações não-concordantes, conferindo o retorno de suas dinâmicas para o desenvolvimento da vida política e social da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BERDOULAY, Vincent. "Le lieu et l'espace public". In : *Les cahiers des géographies du Québec* v.41, n°114. 1997.

GOMES, Paulo C.C. *A condição urbana – Ensaio de geopolítica*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.

LUSSAULT, Michel. "Espace Public" In: Dans : LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003. pp. 333-336.

MITCHELL, Don. *The right to the city : social justice and the fight for public space*. Guilford Press, 2003.

SOJA, Edward. *Postmetropolis – Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2000.